



**MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA
CÂMARA MUNICIPAL**

EDITAL N.º 39/2016

**Alteração da Delegação de Competências da Câmara Municipal de
Constância na sua Presidente**

**JÚLIA MARIA GONÇALVES LOPES DE AMORIM, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CONSTÂNCIA:** -----

TORNA PÚBLICO que, conforme determina o n.º 1 do artigo 56.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com a proposta de alteração apresentada na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 2 de junho de 2016, foi deliberado, por unanimidade:-----

- a) A Avocação das seguintes competências, ao abrigo do artigo 49.º, n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo;-----
- 1) Emitir certidões, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º do RJUE (DL 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação);-----
 - 2) Declarar a caducidade verificadas as situações previstas no artigo 71.º do RJUE;-----
- b) A delegação na Presidente da Câmara Municipal das seguintes competências, tendo em vista obter uma maior eficiência e celeridade na resolução dos eventuais processos apresentados pelos munícipes:-----
- 1- As previstas no artigo 102-A, n.ºs 1, 3, 6, 8 e 9 do RJUE (DL 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação), que a seguir se indicam:-----
 - Notificar os interessados para a legalização das operações urbanísticas (n.º1);--
 - Solicitar a entrega dos documentos e elementos que se afigurem necessários, designadamente, para garantir a segurança e saúde públicas (n.º3);-----
 - Fornecer informação, a solicitação do interessado, no prazo máximo de 15 dias, sobre os termos em que se procederá a legalização da operação urbanística (n.º6);-----
 - Promover oficiosamente a legalização, exigindo o pagamento das taxas fixadas em regulamento municipal, nos casos em que os interessados não promovam as diligências necessárias à legalização voluntária das operações urbanísticas, quando estejam em causa obras que não impliquem a realização de cálculos de estabilidade (n.º8 e 9);-----
 - 2- Praticar os seguintes atos administrativos, previstos no DL 10/2015 de 16 de janeiro:-----
 - Emissão de despacho de convite ao aperfeiçoamento (artigo 8.º, n.º3);-----
 - Designação de um Gestor do Procedimento por cada procedimento sujeito a autorização (artigo 8.º, n.º6);-----
 - Prorrogar o prazo de autorização condicionada por prazo não superior a seis meses caso a vistoria promovida pela DGAV seja favorável condicionada mas



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA
CÂMARA MUNICIPAL

tiverem sido verificados progressos significativos; e promoção oficiosa da última visita ao local a realizar pela DGAV (artigo 41.º, n.º 3);-----

- Dar conhecimento à DGAV de qualquer alteração significativa das atividades exercidas nos estabelecimentos de comércio por grosso e armazéns de géneros alimentícios de origem animal que exijam condições de temperatura controlada (artigo 41.º, n.º 5).-----

- c) No âmbito do Código do Procedimento Administrativo, a delegação no Presidente da Câmara da competência para a direção dos procedimentos cujo órgão competente para a decisão seja a Câmara Municipal, com possibilidade de subdelegação (artigo 55º, n.º 2 e 4 do CPA).-----

Mantém-se as delegações efetuadas na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 24 de outubro de 2013, ao abrigo do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as exceções aí referidas, conjugado com os artigos 44.º, 46.º e 47.º do Código do Procedimento Administrativo, nos termos e limites do artigo 34.º da citada Lei, as competências que competem à Câmara Municipal.-----

Para conhecimento geral se publica este e outros de igual teor, os quais irão ser afixados nos lugares públicos do costume. -----

Paços do Município de Constância, 23 de junho de 2016

A Presidente da Câmara Municipal,


(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)